

COLEÇÃO FILOSOFIA E TRADIÇÃO

ESTUDOS CLÁSSICOS

IV

PERCURSOS

GABRIELE CORNELLI
LUCIANO COUTINHO

Capítulo 16

A fundação da colônia de Augusta Emérita e a produção do espaço no principado augustano²⁵⁶

The foundation of the colony of Augusta Emerita and the production of space in Augustan Principate

Airan dos Santos Borges²⁵⁷

Vera Pugliese²⁵⁸

Resumo: O presente artigo visa a analisar uma estratégia específica de intervenção no espaço utilizada pelo Império Romano para a consolidação dos territórios conquistados, a saber, a fundação de colônias. Diante da grande extensão do Império Romano, optamos por centrar nossas investigações no estudo da colônia de Augusta Emérita localizada na província da Lusitânia, durante o século I a.C.

Palavras-chave: Império Romano; Augusta Emérita; espaço social; Lefebvre.

Abstract: This article aims to analyze a specific space intervention strategy used by the Roman Empire for the consolidation of conquered territories, namely founding colonies. Given the vast extent of the Roman Empire, we chose to focus our investigations on a study about Augusta Emerita, a colony located in the province of Lusitania, between 1 BC.

Keywords: Roman Empire; Emerita Augusta; social space; Lefebvre.

256 Esse artigo dialoga diretamente com a pesquisa de mestrado que resultou na dissertação “A organização do espaço social no Principado: um estudo de caso sobre a colônia Augusta Emerita entre os séculos I a.C.-II d.C.”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, sob a orientação da Profa. Dra. Norma Musco Mendes, em 2010. Agradeço imensamente à Profa. Dra. Vera Pugliese pela revisão e aceite do mesmo como trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Estudos Clássicos promovido pela Universidade de Brasília (UnB) em parceria com a ARCHA-Unesco. Assim, as possíveis falhas e ausências bibliográficas do presente trabalho são de responsabilidade da autora.

257 Especialista em Estudos Clássicos (UnB), mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da mesma universidade. Contatos: <borgesairan@campus.ul.pt>; <borgesairan@gmail.com>.

258 Professora adjunta na área de História da Arte e coordenadora do bacharelado em Teoria, Crítica e História da Arte do Departamento de Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade de Brasília (UnB). Doutora e mestre (2005) em Arte Contemporânea na pela UnB, bacharel em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) e licenciada em Educação Artística pela Faculdade Santa Marcelina (FASM/SP).

Introdução

O presente trabalho visa a analisar uma das estratégias utilizadas pela oficialidade romana para a intervenção e a consolidação dos territórios conquistados, a saber, a fundação de colônias. Diante da grande extensão do Império Romano, optamos por centrar nossas investigações no estudo de caso da fundação da colônia de Augusta Emérita localizada na província da Lusitânia, no século I a.C. Neste estudo, dialogaremos com os pressupostos teóricos de Henri Lefebvre a respeito do espaço social, ao defender que a colônia emeritense constituiu-se em um espaço característico do Império romano no sudoeste da província da Lusitânia.

1. Espaço e poder: apontamentos para a discussão do conceito de Romanização

Nas matrizes historiográficas sobre o Império Romano²⁵⁹ construídas no final do século XIX e inícios do século XX, o Império Romano fora definido como uma entidade homogênea e estática, cuja existência era atribuída à força coercitiva e a um amplo conjunto de princípios organizacionais. Vinculou-se a essas abordagens, a lógica de uma Romanização progressista e uniforme, cujo conceito implica a ideia de transferência cultural e aculturação – entendida como o abandono da identidade nativa pela adoção da imagem romana como um ato positivo e deliberado. As cidades provinciais eram interpretadas como pequenas “Romas” no interior das regiões conquistadas, nada mais que um *specula romano*. As análises seguiram o objetivo de compreender como as construções arquitetônicas da capital imperial foram copiadas (por meio da *emulatio*) pelas elites locais. Nessa lógica, o espaço

259 Nessa abordagem são incluídas as seguintes obras: MOMMSEN, Th, *Römische Geschichte IV*, Berlim: [s.n.], 1874, e FRANK, Tenney, *Roman Imperialism*. New York: [s.n.] 1914.

do Império era visto como racional e moldado de acordo com os interesses político-econômicos que orientaram as diversas etapas da conquista. As questões de análise centravam-se nos aspectos materiais e de racionalidade econômica, referindo-se à análise das conquistas territoriais tanto sob o ponto de vista militar-estratégico quanto pelo viés econômico, isto é, sobre como a terra era usada como recurso produtivo.

Uma iniciativa de revisão dessa perspectiva foi contextualizada nas décadas de 1960 e 1970, com o desenvolvimento da teoria pós-colonial nos estudos literários e históricos. Em sua vertente histórica, essa perspectiva caracterizou-se por levar a uma refutação dos condicionamentos históricos ligados às ideologias nacionalistas e colonialistas que interagiram na construção das abordagens historiográficas a respeito do Imperialismo como fenômeno histórico. Nesse sentido, estimulou o surgimento de novas temáticas de análise para os contextos imperiais, entre as quais destacamos: as estruturas e os sistemas culturais das sociedades nativas; os conceitos de poder e a exploração das redes de poder das sociedades imperialistas; os discursos de poder e a conexão entre poder e cultura; o impacto da conquista sobre as sociedades indígenas e a paisagem do imperialismo.

No bojo dessas análises, criou-se a possibilidade de rever as posturas sobre a natureza do imperialismo romano e, em contrapartida, estimulou-se maior reflexão sobre o conceito de Romanização.²⁶⁰ As

260 O termo romanização foi desenvolvido na historiografia de fins do século XIX e início do século XX para explicar o contato entre os romanos e outros povos. Buscava elucidar a forma como a adoção dos padrões estéticos, das práticas de consumo e produção dos romanos foi encontrada nas províncias e nas regiões de fronteira do Império. Apesar de toda a discussão em torno do conceito, no presente estudo utilizamos o termo romanização para designar os múltiplos processos de transformação socioeconômica, política e cultural que teve início com o relacionamento entre os padrões culturais de identificação do cidadão romano e a diversidade cultural provincial numa dinâmica de negociação bidirecional. Caracterizou-se, dessa forma, numa experiência de contrastes que possibilitou a criação de uma civilização imperial, marcada

discussões passaram a preocupar-se com a complexidade da aplicação do termo, na medida em que implicaria na discussão sobre cultura, identidade e poder no Império Romano. As pesquisas desenvolvidas a partir dessas questões proporcionaram um afastamento da ideia de Romanização como uma transferência unilateral de cultura ou como um processo generalizado e homogêneo que teria ocorrido entre dois sistemas culturais autônomos, um romano e outro indígena, de acordo com a lógica binária conquistador-conquistado. Em lugar disso, passou a significar os processos de mudança cultural iniciados com os contatos entre os romanos e os outros, numa dinâmica bidirecional que envolvia os processos de contato entre os padrões culturais considerados romanos e a diversidade cultural das comunidades locais.

Essa nova postura compreende que, na experiência imperialista romana, os níveis de subordinação e dominação das sociedades conquistadas não se basearam na prática da exclusão, mas de integração, por meio de experiências relacionais que envolveram a assimilação, a negociação e a resistência, configurando assim, uma experiência de *hibridismo cultural*.²⁶¹ Portanto, no atual contexto historiográfico a respeito dos espaços do Império Romano e, mais especificamente nas análises sobre a urbanização das províncias, cresceu a preocupação em enfatizar os aspectos materiais e simbólicos da construção de uma paisagem imperial que ideologicamente integrava a região conquistada ao conjunto do *imperium*, além de representar as concepções de espaço características da sociedade romana (ALCOCK, 1989, p. 89-94), bem como de se considerar as respostas indígenas ao impacto promovido pela reorganização espacial das áreas conquistadas por Roma.

pela unidade e também pela diversidade. Para um estudo aprofundado, ver: MENDES, 1999, p. 307-325; REVELL, 2009; HINGLEY, 2010; HINGLEY, 2003.

261 Aqui entendemos o termo hibridismo de acordo com os estudos de Homi K. Bhabha (1998).

Nossa escolha por uma abordagem que tem como ponto de partida a perspectiva socioespacial adveio da compreensão de que o estudo da temática consiste em uma importante ferramenta para análise da visão de mundo e do desenvolvimento das relações sociais nos diversos grupos, observados tempo e espaço. Além disso, compreendemos que esse estudo pode contribuir, assim, com as reflexões a respeito dos múltiplos processos de Romanização. Diante disso, nosso enfoque teórico a respeito do espaço social segue as definições estabelecidas por Lefebvre (1972, 1991), cuja abordagem nos permite compreender tanto as formas espaciais quanto as concepções de espaço desenvolvidas pelas sociedades.

1.1. Espaço e poder: diálogos com Henry Lefebvre

A teoria do espaço social proposta por Lefebvre²⁶² é construída sob a argumentação de que, enquanto conceito, a expressão “espaço social” inclui o espaço físico-natural, assim como as projeções, os projetos, as utopias e os símbolos característicos da sociedade que o formulou. Essa interpretação é redimensionada pela compreensão do espaço como produto social, na qual as sociedades produzem seu espaço de acordo e em consonância com as próprias concepções de mundo.

Como analisamos em outro trabalho (BORGES, 2009, p. 4), Lefebvre, na obra *The Production of Space*, define três dimensões espaciais que dão forma ao espaço social como uma categoria de análise histórica:

- a) a das práticas espaciais: relacionadas à produção e reprodução do conjunto espacial característico de cada sociedade, é a dimensão da materialidade, da concretude do espaço, das construções com as quais os homens habitam no seu cotidiano;

262 Sobretudo nas obras “The production of space” (1991) e “Espaço e política” (1972).

b) a das representações do espaço: são as concepções da sociedade que envolvem os conhecimentos que permitem compreender e ordenar as práticas materiais (tais como a geografia, a arquitetura e o planejamento);

c) a dos espaços representacionais: está relacionada à dimensão da vivência cotidiana, implicando nos códigos, signos, símbolos, ou seja, os simbolismos das construções materiais que funcionam como espaços simbólicos, os quais criam novos sentidos e possibilidades para as práticas espaciais (LEFEBVRE, 1991, p. 33).

Essas diferentes dimensões (materialidade, concepção e vivência cotidiana) são complementares entre si e compõem uma ideia sobre o espaço social, ao mesmo tempo que o produzem. Nessa abordagem, a produção do espaço também recebeu uma função simbólica e cultural, uma vez que se refere às hierarquias sociais e às visões de mundo presentes nas concepções arquitetônicas e nas práticas espaciais da sociedade que o modulou. Logo, a compreensão da produção das formas espaciais pressupõe o estudo da estrutura social que a contextualiza.

A expressão “produção do espaço” indica, então, um passo adiante na reflexão arquitetônica e urbanística, uma vez que ultrapassa setores tradicionais (como o político-econômico) ao ampliar-se para o conjunto do social. O espaço não é considerado como um dado *a priori*, fundamentalmente geométrico, objetivo e neutro, mas passa a ser visto como parte integrante do desenvolvimento da atividade social, como um instrumento político estrategicamente modelado a partir de elementos socio-históricos, um produto da história.

Uma vez incluído na dinâmica das relações sociais, o espaço passa a ser considerado centro de produção de identidades, em hábitos e formas de convívio. Essa perspectiva estabeleceu vínculos analíticos entre as questões espaciais e as questões relativas à identidade, ao poder e à cultura, abrindo caminho para a compreensão dos aspectos rituais e simbólicos que conformavam as organizações espaciais. Por

outro lado, possibilitou o estudo das formas pelas quais o espaço é concebido e inserido no interior dos sistemas culturais e nos indivíduos que compunham as distintas culturas.

Tal perspectiva nos pareceu pertinente para examinar a produção do espaço na sociedade romana, sobretudo na organização das regiões conquistadas transformadas em províncias e na dinâmica do processo de diálogo e interação com as comunidades locais. Dada a amplitude da questão, centraremos nossos estudos na província da Lusitânia, sobretudo no processo de fundação da colônia de Augusta Emérita no século I a.C.

2. Estudo de caso da colônia emeritense no contexto do Principado Romano

Como sabemos, o advento do Principado no século I a.C. esteve ligado às profundas mudanças ocorridas nas relações políticas que deflagraram a desagregação do sistema de governo republicano e tornaram evidente sua inadequação ao novo contexto trazido pelas conquistas. Diante dos objetivos deste artigo, limitar-me-ei a afirmar, parafraseando Nicolet, que o Principado representou uma conquista tripla: política, espacial e temporal. Dessa forma, entendemos que no bojo do seu processo de construção foram forjados novos sistemas de representação vinculados a uma nova identidade política, temporal e espacial na cultura romana (NICOLET, 1983, p. 164).

No tocante à questão espacial, o estabelecimento do Principado por Otávio Augusto representou o momento de criação de uma política sistemática de organização das regiões e empreendeu a ampliação e a intensificação da organização das áreas conquistadas, iniciada ainda durante a República por meio de estratégias de integração e de ordenamento do espaço. A nova identidade política e temporal propiciada pelo Principado envolvia uma identificação espacial, caracterizada pela

necessidade política de afirmar a submissão do mundo, organizar o território do *Imperium* e programar a exploração sistemática das regiões conquistadas de acordo com os valores identitários da sociedade romana e sua concepção de mundo. Para tanto, a organização provincial e a estratégia das cidades (estabelecendo novas fundações ou re-trabalhando núcleos urbanos prévios) configuraram-se como importantes recursos para essa reorganização.

De fato, no trato com as províncias, a nova política inaugurada por Otávio Augusto, atuou de forma contundente, fazendo nascer uma divisão provincial de dupla tipologia: as províncias senatoriais e as imperiais. Por um lado, havia as províncias senatoriais (ou do povo romano), governadas segundo a tradição republicana – isto é, tendo à frente um *proconsul* (de ordem pretória ou consular), com um *quaestor* e vários *legati* (o número variava de acordo com a província) cuja designação era anual e feita por sorteio. Ainda que, teoricamente, essas províncias permanecessem dependentes do Senado e os impostos arrecadados fossem para o tesouro de Saturno, de fato, o imperador poderia intervir nelas quando considerasse conveniente.

Em outro formato, estavam as províncias imperiais, administradas por “delegados” do imperador, com o título de *legati Augusti pro praetore*, igualmente de ordem consular e pretória. Nelas, não havia questores, mas procuradores e, em algumas, *legati*, como era o caso da *Hispania Tarraconense*, que consistia no território de *Asturia* e *Callaecia* (entre os governos de Adriano e dos Severos). Em todos os casos, a nomeação era realizada pelo imperador, que poderia mantê-los no posto pelo tempo que fosse necessário, muito embora habitualmente os governadores permanecessem apenas três anos.²⁶³

263 Aqui dialogamos com os estudos: (MONTENEGRO DUQUE, 1972; WOOLF, 1995; RICHARDSON, 2004.

Nas províncias ocidentais, a prioridade foi consolidar a conquista e subordinar os povos, bem como introduzir a ética civilizatória e criar uma nova ordem (WOOLF, 1995, p. 144). A administração do *Imperium* foi centralizada para atender às necessidades regionais, completada pela Romanização por meio de cidades cujo modelo era baseado em Roma (em termos de arquitetura e administração), que assumiu um aspecto essencial na consolidação das conquistas.

A *civitas* reunia os fundamentos da educação, da moral, da administração, da vida jurídica e da política no mundo. No conjunto de valores caros à visão de mundo romana, era à cidade, enquanto forma básica de vida coletiva, que os romanos deviam sua existência, sua grandeza e suas prerrogativas jurídicas e políticas. Ela era o espaço fundamental para o exercício da *humanitas*. Portanto, no bojo dos processos de Romanização, a fundação ou transformação de um aglomerado nativo em uma cidade de acordo com os moldes romanos constituía um ato capital do ponto de vista político-administrativo e também com relação à divulgação da dinâmica urbana interna do modo de vida romano.

Na escala provincial, os principais promotores da divulgação do modo de vida romano foram os grupos de elite que se aproximavam da administração imperial pela prática da benemerência, isto é, pelo financiamento de obras públicas com recursos privados.²⁶⁴ Ressaltamos que a dinâmica da experiência imperialista romana foi baseada na existência de uma orientação econômica de interdependência das áreas conquistadas e em relações de poder fundamentadas na posição

264 Sobre o financiamento de obras públicas e a prática da benemerência, consultar os trabalhos de Javier Andreu Pintado sobretudo o artigo “Construcción pública y municipalización em la provincia Hispania Citerior: la época flavia” (2004). Para a relação entre benemerência e a realização de espetáculos públicos, ver (NOGALES BASARRATE, , 2000, p. 33).

ativa do nativo/cidadão por meio da prática de cooptação das elites locais e de experiências relacionais que permitiram a diversidade.²⁶⁵

Ao se deparar com culturas tão distintas, agrupadas sob a égide de seu domínio, a cultura romana desenvolveu estratégias que buscavam conhecer e consolidar o domínio de modo não coercitivo, mas de maneira a garantir a dominação dos territórios e de suas *gentes*. A ordenação do território conquistado, ao criar ou manter a cidade, constituiu-se em uma eficaz forma de manter a unidade de territórios distintos e assegurar o domínio. Nesse sentido, no período do Principado, o ideal da *civitas* como espaço formulado de/para as relações sociais foi ressignificado, ampliado e exportado para além da Península Itálica, servindo como meio de consolidação das áreas conquistadas e como divulgação do modo de ser romano.

Vejamos, agora, como essas relações aparecem na fundação da colônia Augusta Emérita.

3.1. A colônia Augusta Emérita

Como em outras cidades provinciais que formavam o Império Romano ocidental, aproximadamente 2000 anos nos separam do período inicial do desenvolvimento de Augusta Emérita (atual Mérida, capital da Extremadura espanhola). Os edifícios que chegaram até nós estão ora parcialmente destruídos ou profundamente alterados pelas sucessivas fases históricas da cidade. Em virtude das subseqüentes etapas históricas do núcleo urbano emeritense, o estudo sobre a infraestrutura urbana encontra uma dificuldade maior, uma vez que está mesclada ou coberta por construções posteriores. Nos limites deste artigo, focaremos nossas análises no estudo da fundação e da constituição do espaço social na região.²⁶⁶

265 Ver os trabalhos de Norma Musco Mendes, sobretudo (MENDEZ, 1999).

266 Nesse panorama, as pesquisas histórico-arqueológicas nos oferecem dados suficientemente estruturados e analisados para o desenvolvimento de nossa investiga-

A fundação da *Colonia Augusta Emerita* está circunscrita ao início do território da Lusitânia Extremenha, constituindo-se em elo intermediário entre a oficialidade romana e o meio indígena do sudoeste peninsular. Seu estabelecimento foi ordenado pelo imperador Augusto no ano 25 a.C.²⁶⁷ (729 de Roma), ao final da guerra contra os Cântabros e Ástures.²⁶⁸ Sabe-se que na nova cidade foram assentados os soldados veteranos das legiões²⁶⁹ *V Alaudae* e *X Gemina*, ambas combatentes das guerras do norte, ao lado de mais cinco legiões e suas correspondentes tropas auxiliares.

A colônia foi fundada quase no curso médio do extenso vale do *Anas* (atual Rio Guadiana), em sua margem direita. Essa geografia facilitou a construção da ponte no mesmo período da fundação da cidade (ÁLVAREZ MARTINÉZ, 1988, p. 185-192.). No desenvolvimento da colônia, a ponte (imagem 1) teve um papel fundamental, uma vez que venia o rio e interligava a região a áreas vizinhas e facilitava o comércio entre o sul e o norte da península, integrando e cruzando antigas estradas com os trajetos econômico-militares. Através das estradas interligadas pela ponte, chegava-se à desembocadura do Rio Guadalquivir

ção. Torna-se essencial ressaltar que foi nas últimas décadas, com a fundação do Museo Nacional de Arte Romano e com as pesquisas apoiadas pela Junta de Extremadura e pelo Consórcio Ciudad Monumental Historico-Artística y Arqueológica da cidade de Mérida, que foi dado novo impulso às pesquisas e à revisão dos estudos clássicos sobre o conjunto urbano-arquitetônico colonial.

267 Ver o texto de Antonio Marques de Faria (1998) em crítica ao posicionamento de Alicia Canto .

268 Dião Cassio, 54, 23, 7, Ver a análise de Giovanni Forni (1982).

269 Sobre esse assunto, Farias aponta os posicionamentos de Keppie, para o qual: “[t]hree veterans of a legion XX are attested at Emerita within the Augustan period (CIL II 22*, 662, 719). These cannot be colonists of 25 B.C., who were drawn from legions V and X, but could document a later reinforcement” (KEPPIE, 1983, p. 83, n. 146 apud FARIAS, 1998). No entanto, Farias ressalta que essa mesma hipótese já fora aventada por Wiegels, que, paralelamente não deixou de contemplar a eventualidade de um pequeno contingente de licenciados da legião XX ter participado na fundação da colônia em 25 a.C. ao lado dos veteranos das legiões V e X (WIEGELS, 1976, p. 272 apud FARIAS, 1998). Ver Dion Casio (História de Roma 53:25, 2).

na antiga *Hispalis*; à Itálica, primeira fundação romana na *Hispania* em 207 a.C., e ainda ao Porto de Cádiz, porta do Mar Mediterrâneo.



Imagem 1. Desenho ideal da área do Rio Ana, com a ponte e o quebra-mar, segundo Golvin-Álvarez-Nogales.²⁷⁰

Do ponto de vista territorial, as transformações da região interagiram com a reorganização provincial realizada por Augusto – de caráter político e administrativo. Com a divisão da antiga província da *Hispania Ulterior* e a criação das províncias da Lusitânia e da Bética (27 a.C.), Augusto reestruturou o território, modificando a paisagem indígena. A fundação de Augusta Emérita se insere nessa política, já que a colônia foi criada para ser o centro nuclear da região e substituir a antiga intercessão viária local. A nova colônia herdou o papel que *Metellinum* exerceu como base para as lutas entre Metelo, Sertório e os lusitanos, passando a ser o núcleo central da presença romana em um ponto estratégico do Rio *Anas*. Sua fundação estava diretamente ligada ao programa de fundações que Augusto desenvolveu na península, em etapas progressivas, cuja meta essencial era planejar a organização administrativa e a ampliação das redes de comunicações e defesa do território.

270 Fonte: NOGALES-BASARRATE, 2000, p. 136.

Concordamos com Forni, seguido por e Le Roux, ao considerarmos que, embora Augusta Emérita houvesse sido fundada pelos *veterani emeriti* de Augusto, os soldados vitoriosos do imperador, a presença de veteranos na região não atribuía à colônia uma vocação militar (FORNI, 1982, p. 73; FARIAS, 1998, p. 161-167; LE ROUX, 2004, p. 263-265). No entanto, simbolizava claramente a manutenção de longos tempos de paz, um diálogo intenso com a representação imperial formulada por Augusto – esta sim fundamentada e baseada na vitória e no triunfo de Roma. Sua criação em meio a uma região que fora palco de inúmeros conflitos militares seria um marco testemunhal da glória romana. Tese semelhante é defendida por Francisco Germán Rodríguez Martín que, baseado em Dion Cásio, Tácito, Higino e *Agennio Urbico*, aponta que depois da fundação da colônia iniciou-se um processo de povoamento da região por colonos itálicos e a repartição das terras às margens do Rio Guadiana (RODRÍGUEZ MARTÍN, 2004, p. 121-127).

Sua fundação seguiu o cerimonial romano tradicional composto por distintas fases, a saber: inicialmente o *finitor* consultava os *auspicia* e, por meio destes, fixava o lugar definitivo da *inauguratio*.²⁷¹ Fazia-se, então, a delimitação dos limites externos e as divisões internas dos quarteirões da futura cidade, aqui também era demarcado o lugar sagrado (*pomerium*), uma vez que assinalava o local das *domi*, separado

271 O ritual da *inauguratio* era uma das atribuições do colégio dos áugures, um dos mais importantes colégios sacerdotais durante a República Romana. Vinculados a Júpiter, entre o conjunto de atribuições desses sacerdotes estavam a definição e manutenção das fronteiras entre o divino e o humano. Suas ações estavam vinculadas às ações dos magistrados que envolviam tanto a inauguração de pessoas por meio da aquisição de seus títulos na vida pública quanto a inauguração de espaços da *urbs*. Sobre tudo no tocante às determinações territoriais, os rituais que compunham a *inauguratio* eram responsáveis pela separação da zona augural das outras zonas que compunham a cidade, além de separar os tipos de terras. Como indica Cícero, as ações dos áugures na *inauguratio* atuavam “liberando e desobstruindo a cidade, os campos e os templos” (Leg. 2.8.21).

das *militia*.²⁷² No caso emeritense, a ponte serviu como referência para o traçado, ao centrar o recinto e demarcar uma linha que se prolongava para o leste, indicando a *orientatio* da rua principal, o *decumanus maximus*, com ela cruzava perpendicularmente a via que ia de norte a sul, *kardo maximus*, deslocado em 30° do norte geográfico (CORZO SÁNCHEZ, 1976, p. 216). Era o *cardo* que separava a *regio antica* ou *citrata* da *regio postica* ou *ultrata* do perímetro urbano. O fórum da colônia foi construído na intercessão das principais vias. Em paralelo às vias principais, foram marcadas as ruas secundárias, formando os bairros retangulares (*insulae*), de traçado reticulado e hipôdamico, que resultaram em dois lados maiores em direção ao *kardo*, isto é, na disposição denominada *per strigas*. As ruas foram pavimentadas com diorita azul proveniente de Garrovilla, uma pequena região atualmente localizada a alguns quilômetros da atual Mérida, e parte das ruas principais e mais movimentadas eram identificadas por pórticos.

A muralha colonial que demarcava o perímetro urbano em toda sua extensão era constituída por torres e bastiões que seguiam formatos distintos e apresentam datações variadas: os situados próximos ao Rio *Anas* e na área do anfiteatro são datados de *épocas augusteas*; já as torres encontradas nas ruas José Ramón Mérida e Calvo Sotelo (na atual trama urbana da cidade de Mérida) e a que corresponderia à entrada principal da colônia apresentam uma planta arredondada e datação de meados do século I d.C. (SÁENZ-BURUAGA, 1954; ALVAREZ MARTINÉZ, 197; BERROCAL RANGEL, 1987, p. 42).

A demarcação das terras foi feita pelo sistema geométrico, seguindo o *decumanus* e o *kardo* da cidade, a partir dos quais se efetuou a divisão do território em parcelas, ou seja, procedeu-se a sua centurição. As distribuições foram realizadas de acordo com a qualidade

272 Para uma descrição aprofundada sobre a temática dos ritos de fundação, indicamos o rico artigo da Profa. Dra. Claudia Beltrão, intitulado “Terminatio e limitatio: inauguração, fundação e cena ritual na República Romana”, que aguarda publicação.

das terras (*secundum bonitatem agrorum*), de acordo com a hierarquia militar dos colonos (*secundum gradus militiae*) e em função de seus méritos (*pro mérito*) (SAQUETE-CHAMIZO, 1997, p. 51). Por meio dos relatos de Hygino (*De limit. Const.*, 135), sabe-se que os terrenos próximos ao *decumanus* tinham 40 *actus* de largura e os próximos ao *kardo*, 20. Cada centúria tinha 400 *iugeras* em lugar dos habituais 200. Assim, a centúria de Emérita foi de 710 por 1.420 metros quadrados, um caso incomum na região.²⁷³ Como indica Frontino (*De contr. Agr.* 37, 13), a planificação não alcançou toda a superfície do terreno: algumas áreas permaneceram desocupadas para dar lugar a pastos e bosques públicos consagrados à deusa Feronia, com cerca de 250 hectares;²⁷⁴ igualmente, as terras situadas próximas ao rio constituíram as terras livres e públicas.

Na colônia confluíam as estradas do sudoeste da Lusitânia, formando um amplo sistema de comunicações por meio do qual se organizou todo o território colonial, cujo núcleo de intercessão localizava-se justamente em Emérita. Para tanto, duas pontes, em conjunto com a ponte sobre o Rio Guadiana, realizavam a integração da colônia com as vias de circulação “intercoloniais”, uma delas construída sobre o Rio Albarregas, que dava saída para as estradas do norte e oeste desde o *cardo máximo* (ainda que menor, sua arquitetura e monumentalidade mostram ser contemporâneas à ponte do Rio *Anas*). A terceira ponte, popularmente denominada *Alcantarilla Romana*, se localizava fora da cidade, cerca de dois quilômetros ao oeste, e servia para permitir o acesso às estradas em direção a *Olisipo* (atual Lisboa) (BERROCAL RANGEL, 1987, p. 45). Segundo Álvarez Martínez, as estradas seguiam quatro princípios fundamentais: consistiam em uma forma de comunicação segura com as regiões mineiras do noroeste; eram uma rota

273 O tema da excepcionalidade do território emeritense foi tratado em um excelente estudo realizado por Walter Trillmich (1993).

274 García-Bellido (1964, p. 73-75) localizou-a na área de Montánchez-Alcuéscar.

de saída para o mar pelos portos naturais da costa atlântica, uma vez que o Rio *Anas* só era navegável em *Myrtilis*; consistiam em um rápido acesso ao Rio Guadalquivir e ao Mar Mediterrâneo; além de ser uma saída para Meseta (ÁLVAREZ MARTINÉZ, 1993, p. 133).

Em meio às demais *civitates* que compunham a província da Lusitânia, Augusta Emérita se destaca pelo caráter monumental de seu urbanismo desde a fundação, no ano de 25 a.C. A colônia é um exemplo emblemático, uma vez que o próprio nome pressagia e proclama a ideia de que a força militar já se revelava desnecessária nessa parte do mundo, já imersa na *Pax Augusta* e amparada por ela (TRILLMICH, 1998, p. 165). Desde os primeiros anos, a colônia foi dotada de uma infraestrutura urbanística constituída por muralhas, muros de contenção do Rio *Anas*, duas pontes (sobre o Rio *Anas* e o Rio Alvarengas) e também edifícios dedicados ao ócio, como o teatro e o anfiteatro, doados por Augusto e Agripa em finais do século I a.C. Trata-se de construções que, espalhadas pela cidade, manifestaram a política urbanística adotada pelas cidades a partir de Augusto.

Considerações finais

Nosso estudo nos permitiu observar que, na experiência imperialista romana o fenômeno urbano foi expandido, na medida em que Roma reafirmava sua condição de potência dominadora, isto é, ao estender seu *imperium* em praticamente todo o mundo conhecido.

Como demonstrado, a prática de fundação de cidades foi um vetor de divulgação do sistema de valores caros à identidade romana para todo o mundo conquistado, um veículo de Romanização. Contudo, entendemos que a cultura imperial representada pelas cidades não foi imposta aos provinciais de forma homogênea. Os testemunhos arqueológicos apresentam uma grande diversidade de usos e interpretações que variaram de acordo com as diferenças provinciais e os

diferentes momentos históricos. Em meio à pluralidade das cidades romanas, a organização social do espaço de acordo com as concepções romanas constituiu um elemento comum às cidades, muito embora, em alguns casos, os “novos símbolos” permanecessem lado a lado com as tradições locais ou fossem adaptados às especificidades de cada terreno.

A fundação da colônia de Augusta Emérita, no período em estudo, seguiu as concepções de espaço características da cultura mediterrânea, configurando-se como um “espaço social romano” no sudoeste da Península Ibérica, na província da Lusitânia. Por conseguinte, a colônia sintetizou um duplo discurso: de integração e de poder. Um discurso de integração ao dar coesão a toda organização social, econômica, político-administrativa e cultural do sistema de domínio romano na região do sudoeste peninsular, e um discurso de poder por intensificar os processos de identificação, identidade, produção, consumo e regulação na região dominada, viabilizando o processo de interação comunicacional entre os “outros”.

As ações no espaço colonial fizeram parte do processo de construção de uma paisagem imperial que se caracterizou pela introdução de novas formas de ordenamento e intervenção no espaço, assim como pela criação de novas formas de relações sociais que variavam de acordo com as potencialidades locais e o nível de complexidade social de suas populações. Esse fato corroborou com a representação imperial formulada pelo *Princeps* baseada na vitória e no triunfo de Roma; nessa lógica, a fundação da cidade de *Emerita*, em meio a uma região que fora palco de inúmeros conflitos militares, seria um dos testemunhos dessa ideologia de paz e vitória.

Referências bibliográficas

- ALARCÃO, J. (Coord.). *Nova história de Portugal: Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- ALCOCK, S. Archeology and Imperialism: Roman Expansion and the greek city. In: *Journal of Mediterranean Archaeology* (2/1), 1989, p. 87-135.
- ÁLVAREZ MARTINÉZ, J.-M. Algunas observaciones sobre el 'territorium emeritense'. In: ÁLVAREZ MARTINÉZ, J.-M. *Homenaje a Samuel de los Santos*. Murcia: Albacete, 1988.
- ÁLVAREZ MARTINÉZ, J.-M. *Ciudades romanas de Extremadura*. Barcelona: [s.n.], 1993. p. 129-159.
- ÁLVAREZ MARTINÉZ, J.-M. El foro de Augusta Emerita. In: ÁLVAREZ MARTINÉZ, J.-M. *Homenaje a Sàenz de Buruaga*. Badajóz: [s.n.], 1971. p. 53-68.
- ÁLVAREZ MARTINÉZ, J.-M. El genio de la colonia Augusta Emerita. *Habis*, n. 2, p. 257-261, 1971.
- ALMAGRO BASCH, M. La topografía de Augusta Emerita. In: ALMAGRO BASCH, M. *Bimilenario de la colonia Caesaraugustana, v. 1*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1976.
- BALIL, A. Las ideas urbanísticas en época agustea. In: ALMAGRO BASCH, M. *Bimilenario de la colonia Caesaraugustana, v. 1*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1976.
- BASARRATE, T.; GORGES, J. *Sociedad y Cultura en Lusitania romana: IV Mesa Redonda Internacional*. Mérida: M.N.A.R., 2000.
- BENDALA Galán, M. La paz augustea y la romanización. In: ESPAÑA. Ministério de educación y cultura. *Hispania: el legado de Roma*. Zaragoza, 1988.
- BERROCAL Rangel, L. La urbanística de Augusta Emerita (I e II). *Revista de Arqueologia*. Madrid, n. 71-72, p. 29-45.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BORGES, A. Espaço e poder na cultura romana: a fundação da colônia de Augusta Emérita entre os séculos I e II d.C. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, 2014.
- BORGES, A. *A organização do espaço social no Principado: um estudo de caso sobre a colônia Augusta Emerita entre os séculos I a.C. - II d.C.* 2010. Dissertação (Mestrado em História Comparada) — Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BORGES, A. Urbanização e a construção da paisagem no Alto Império Romano: a colônia de Augusta Emérita. In: *Revista Archai*, Brasília, n. 02, p. 1-4, Jan 2009. Disponível em <http://archai.unb.br/revista>
- CANTO, A. Colonia Julia Augusta Emerita: consideraciones en torno a su fundación y territorio. *Gerion*. Madrid, n. 7, p. 149-206, 1989.

- CICERO. *De legibus*. Harvard: Harvard University Press, 1990a. (The loeb classical library, 16)
- CICERO. *Des Res Publica*. Harvard: Harvard University Press, 1990b. (The loeb classical library, 16)
- CLEMENT, V. Le territoire du Sud-Ouest de la péninsule Ibérique à l'époque romaine: du concept au modèle d'organisation de l'espace. In: GORGES, J.-G.; MARTIN, G. (Orgs). *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velásquez, 1999. p. 109-120.
- CORZO SÁNCHEZ, D. R. In finibus emeritensium. In.: BLANCO FREIJEIRO, A. (Org.). *Augusta Emerita: actas del simposio internacional conmemorativo del bimilenario de Mérida*. Madrid: Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural del Ministerio de Educación y Ciencia/ Patronato de la ciudad de Mérida, 1976. p. 217-233.
- DAVIDSON, J. *A construção de um espaço para o Império Romano: arquitetura, monumentos e ordenamento espacial*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- DION CASIO. *Historia Romana, tomos 1 e 2*. Madrid: Gredos, 2004.
- ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. La Merida prerromana y el poblamiento pre y protohistórico de su comarca. *Mérida: ciudad y património*, n. 1, p. 29-43, 1997.
- ESTRABÃO. "Cosmographia", 2.5.8 In.: WHITTAKER, C. R. *Frontiers of the Roman Empire: a social and economic study*. London: Johns Hopkins University Press, 1994 p.12s.
- FARIA, A. Algumas questões em torno da fundação de *Augusta Emerita*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, v. 1, n. 1, p. 161-167, 1998.
- FARIA, A. Novas notas historiográficas sobre *Augusta Emerita* e outras cidades hispano-romana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, v. 9, n. 2, p. 211-237, 2006.
- FERNANDO CORRALES, J. El territorio de Augusta Emerita e los límites entre la Bética y Lusitania. In: CONGRESO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA, 19. Saragoza, 1989. *Actas...* Saragoza: [s.n.], 1989. p. 889-898.
- FLORUS. *Epitome of Roman History*. Harvard: Harvard University Press, 1984.
- FORNI, G. La popolazione di Augusta Emerita. In: ÁLVAREZ MARTINÉZ, J.-M. *Homenaje a Saenz de Buruaga*. Madrid: [s.n.], 1982.
- FORNI, G. La tribu papiria di Augusta Emerita. In: BLANCO FREIJEIRO, A. (Org.). *Augusta Emerita: actas del simposio internacional conmemorativo del bimilenario de Mérida*. Madrid: Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural del Ministerio de Educación y Ciencia/ Patronato de la ciudad de Mérida, 1976. p. 33-42.
- FRIAS, M. Guerra transhumancia y ocupación del territorio del Suroeste peninsular durante la República romana. In: GORGES, J.-G. ; MARTIN, G. (Orgs.). *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velásquez, 1999.

- FUNARI, P. Reflexões em torno da cidade romana. In: BARBOSA, S. (Org.) *Tempo, espaço e utopia nas cidades*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Araraquara: Laboratório Editorial Unesp, 2004. (Série estudos literários, 4).
- GARCIA-BELLIDO, A. Nuevos jarros de bronce tartessos. In: *Archivo Español de Arqueología* 37, n.º 109-110, 1964, p. 50-80.
- GIARDINA, A. L'identità incompiuta dell'Italia romana. In: ÉCOLE FRANÇAISE DE ROME. *L'Italie d'auguste à Dioclétien*. Rome: Palais Farnèse, 1994.
- GIL MANTAS, V. A Lusitânia e o Mediterrâneo: identidade e diversidade numa província romana. *Conimbriga*, n. 43, p. 63-83, 2004.
- GORGES, J. G.; MARTIN, G. (Orgs.). *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velázquez, 1999.
- GUERRA, A. *Plínio, o velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri, 1995. (Coleção arqueológica e história antiga).
- HINGLEY, R. *O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Anablume, 2010.
- HINGLEY, R. Recreating coherence without reinventing Romanization. *Digressus: The Internet Journal for the Classical World*, p. 11-119, 2003.
- JIMÉNEZ SALVADOR, J. L. Las ciudades hispanorromanas. *Cuadernos de Arte Español*. Madrid, n. 30, historia 16, 1992.
- JUNTA DE EXTREMADURA. Consejería De Cultura Y Patrimonio. *Conjunto Arqueológico de Mérida: patrimonio de la humanidad*. Extremadura: Junta de Extremadura, 1994.
- LE ROUX, P. Mérida Capitale de la Province Romaine de Lusitanie. In: GORGES, J.-G.; CERRILLO, E.; BASARRATE, T. (Eds.). *Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: las comunicaciones*, 5. Cáceres, 2002. Madrid: Ministério da Cultura, 2004.
- LE ROUX, P. Regarder vers Rome aujourd'hui. In: ÉCOLE FRANÇAISE DE ROME. *Antiquité*. Rome: École Française de Rome, 2006. (Mélange de L'École Française de Rome, MEFRA118/1). p.159-166.
- LE ROUX, P. Le territoire de la colonie auguste de Mérida: réflexions pour un bilan. In: GORGES, J.-G.; MARTIN, G. (Orgs.). *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velázquez, 1999.
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.
- LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1972.
- LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. *GEOgraphia*, a. 1, n. 1, p. 71-91, 1999.
- MARTÍN DE CÁCERES, E. La aplicación de las teorías de lugar central al territorio romano de Augusta Emérita. In: BURILLO, F. et al. (Org.). *Arqueologia Espacial: Seminario sobre Arqueologia Espacial*. Lisboa: Teruel, 1988. p. 197-204.

- MENDES, N. O conceito de Pax Romana. In.: ZHEBIT, A. (Org.). *Ordens e pacis*: abordagem comparativa das relações internacionais. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. p. 145-158.
- MENDES, N. Império e latinidade. In: COSTA, D. E; DA SILVA, F. (Orgs.). *Mundo latino e mundialização*: Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- MENDES, N. Limes Reno-Danubiano: conceito e prática no alto Império. In: MENDES, N. *Phoinix*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.
- MENDES, N. Romanização: cultura imperial. In: MENDES, N. *Phoinix*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.
- MENDES, N.; SILVA, G. Império, poder e representação. *Dimensões: Revista de História da UFES*. Vitória, CCHN, n. 16, 2004.
- MENDES, N.; SILVA, G. (Orgs.). *Repensando o Império Romano*: perspectiva sócio-econômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- MENDES, N.; BUSTAMANTE, R.; DAVIDSON, J. Experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, v. 18, p. 17-41, 2005.
- MONTENEGRO DUQUE, A. *História de España*: Edad Antigua I; España Prerromana. Madrid: Gredos, 1972.
- NICOLLET, C. *L'Empire Romaine, v. 8: espace, temps et politique*. Strasbourg: Ktema, 1983. p. 163-173.
- NICOLLET, C. *Space, Geography and Politics in the Early Roman Empire*. Michigan: Michigan University Press, 1999.
- NOGALES BASARRATE, T. *Espectáculos en Augusta Emérita*: espacios, imágenes y protagonistas del ocio y espectáculo en la sociedad romana emeritense. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2000. (Monografías emeritenses, 5).
- NOGALES BASARRATE, T.; ÁLVAREZ MARTINÉZ, J-M. Programas decorativos del foro colonial de Augusta Emérita: 'El templo de Diana'; templo de culto imperial. In: RAMALLO ASENSIO, S. (Ed.). *La decoración arquitectónica en las ciudades romanas de occidente*. Murcia: Universidad de Murcia, 2004. p. 293-319.
- NOGALES BASARRATE, T.; ÁLVAREZ MARTINÉZ, J-M. El teatro romano de Augusto Emerita. In. MUSEO NACIONAL DE ARTE ROMANO. *El teatro Romano*: la puesta en Escena. Mérida: Fundación 'la Caixa'/Ayuntamiento de Zaragoza, 2003. p. 63-73.
- NOGALES BASARRATE, T.; ÁLVAREZ MARTINÉZ, J-M. (Eds.). *Augusta Emerita*: territorios, espacios, imágenes y gentes en Lusitania Romana. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2004. (Monografías Emeritenses, 8).
- PINTADO, Javier Andreu. Construcción pública y municipalización en la provincia Hispania Citerior: la época flavia. *Iberia*, n. 7, p. 39-75, 2004.
- PLINE L'ANCIEN. *Historie Naturelle (Livre IV)*. Trad. de H. Zehnacker. Paris: Les belles lettres, 1998.
- POLIBIUS. *Historias*. Trad. de Mario da Gama Kury. Brasília: UnB, 1996.

- RAMIREZ SÁBADA, J. *Catálogo de las inscripciones imperiales de Augusta Emerita*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano: Asociación de Amigos del Museo: Fundación de Estudios Romano, 2003. (Cuadernos emeritenses, 21)
- REVELL, L. *Roman Imperialism and local identities*. New York: Cambridge, 2009.
- RICHARDSON, J. S. *Hispaniae: Spain and the development of the Roman imperialism 218-82 BC*. Cambridge: Cambridge, 2004.
- RODRIGUEZ MARTÍN, F. El paisaje urbano de Augusta Emerita: reflexiones en torno al Guadiana y las puertas de acceso a la ciudad. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, v. 7. n. 2, p. 365-405, 2004.
- SAÉNZ DE BURUAGA, J. La fundación de Mérida. In: BLANCO FREIJEIRO, A. (Org.). *Augusta Emérita: actas del simposio internacional conmemorativo bimilenario de Mérida*. Madrid: Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural del Ministerio de Educación y Ciencia/ Patronato de la ciudad de Mérida, 1976. p. 19-32.
- SAID, E. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SÁNCHEZ, A.; CORRALES, J. El proceso de Romanización de la Lusitania Oriental: la creación de asentamientos militares. In: GORGES, J-G.; BASARRATE, N. *Sociedad y cultura en Lusitania romana: Mesa Redonda Internacional, 4*. Mérida: Junta de Extremadura, 2000. p. 85-100.
- SÁNCHEZ BARRERO, P.; GÓMEZ-NIEVEZ, B. Caminos Periurbanos de Mérida. In.: MATEOS CRUZ, P.; ALBA CALZADO, M., MÁRQUEZ PÉREZ, J. (Coor.). *Mérida: excavaciones arqueológicas*. Memoria, Mérida, 1998. p. 549-569.
- SILLIERES, P. Voies romaines et limites de provinces et de cites em Lusitanie. In: LES VILLES DE LUSITANIE ROMAINE: HIERARCHIES ET TERRITOIRES (TABLE RONDE INTERNATIONALE DU CNRS), Talence, le 8-9 décembre 1988. *Actas...* Paris : CNRS, 1990. p. 51-72.
- SOJA, E. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social critica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- TRIGGER, B. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.
- TRILLMICH, W. Las ciudades hispanoromanas: reflejos de la metrópoli. In: ESPAÑA. Ministerio de Educación y Cultura. *Hispania el legado de Roma*. Zaragoza, sep./nov. 1998. p. 163-174.
- TRILLMICH, W. Monumentalización del espacio publico emeritense como reflejo de la evolución histórica colonial: el ejemplo del teatro. In: BASARRATE, T. (Org.). *Augusta Emerita: territorio, espacios, imagenes y gentes en Lusitania Romana*. Mérida: M.N.A.R., 2005. (Monografía emeritense, 8).
- TRILLMICH, W. Los tres foros de Augusta Emerita. In: LEÓN, P. *Coloquio Internacional Colonia Patricia Corduba: una reflexion arqueológica*. Cordoba: Universidad de Córdoba, 1993. p. 175-195.
- VITRÚVIO. *Tratado de arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- WOOLF, G. *Becoming Roman*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

- WOOLF, G. The Formation of Roman Provincial Cultures. In: INTERNATIONAL CONFERENCE INTEGRATION IN THE EARLY ROMAN WEST: THE ROLE OF CULTURE AND IDEOLOGY. Titelberg, Luxembourg, Nov. 1993. *Proceedings...* Luxembourg: Jeannot Metzler Ed., 1995.
- WOOLF, G. Monumental writing and the expansion of Roman society in the Early Empire. *The Journal of Roman Studies*, v. 86, p. 22-39, 1996.
- WOOLF, G. Provincial perspective. IN: GALINSKY, P. (Ed.). *The Cambridge companion of the age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 106-129.
- WOOLF, G. The Roman Cultural Revolution in Gaul. In: KEAY, S.; TERRENATO, N. *Italy and the West: comparative issue in Romanization*. Oxford: Oxbow Books, 2001. p. 173-186.